

ABORDAGENS SOBRE DESENVOLVIMENTO: DA PERSPECTIVA CAPITALISTA À SOLIDÁRIA

Luiz Victor Pittella Siqueira

Unochapecó – victorpittella@hotmail.com

Dunia Comerlatto

Unochapecó – dunia@unochapec.edu.br

Jesica Mai

Unochapecó – jesticamai@unochapeco.edu.br

Introdução

Ao abordar sobre o desenvolvimento, remete-se para uma discussão do seu contraponto: o subdesenvolvimento. Para Esteva (2000), subdesenvolvimento é um termo disseminado pelo mundo a partir do discurso de posse do presidente americano Harry Truman, em 20 de janeiro de 1949. Esse discurso deixava clara a intenção da política internacional americana de levar o progresso adquirido pelo país para áreas “subdesenvolvidas”. Naquela época, os norteamericanos criaram uma campanha política em nível global para declarar suas intenções e princípios sobre a nova “era do desenvolvimento”.

A partir de então, o termo desenvolvimento passou a significar o escape da condição indigna (denominada subdesenvolvimento) de bilhões de pessoas em toda a sua diversidade. Nessa perspectiva, a industrialização se define como o “único caminho” para se alcançar o patamar de uma nação desenvolvida. Ocorre, pois, a valoração de métodos industriais de produção, a posição do capitalismo em sua plena expressão e a determinação das relações sociais pela forma como se estrutura o trabalho e a luta pela sobrevivência (ESTEVA, 2000).

O processo de industrialização, com seus métodos de produção, leva à submissão de milhões de trabalhadores ao regime das fábricas. A divisão do trabalho capitalista em operações limitadas foi o princípio fundamental da organização industrial, resultando em produto típico da sociedade capitalista, a divisão pormenorizada.

Não é o trabalho que é dividido, mas os homens: divididos em meros segmentos de homens – quebrados em pequenos fragmentos e migalhas de vida; de tal modo que toda partícula de inteligência deixada no homem não é bastante para fazer um alfinete, um prego, mas se exaure ao fazer a ponta de um alfinete ou a cabeça de um prego. (BRAVERMAN, 1977, p. 76).

Para Durkheim (2004), enquanto a divisão social do trabalho se refere à subdivisão da sociedade, a divisão parcelada do trabalho se refere à subdivisão do próprio homem.

Na concepção de Sen (2000), o desenvolvimento requer que uma nação - para ser considerada desenvolvida - consiga remover as principais “fontes de privação de liberdades: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos” (p.18). Sen (2000) faz referência à limitação da liberdade do indivíduo, pois a pobreza econômica se relaciona com ausência de liberdade no sentido que aquela “rouba das pessoas a liberdade de saciar a fome, de obter uma nutrição satisfatória ou remédios para doenças tratáveis, a oportunidade de vestir-se ou morar de modo apropriado, de ter acesso à água tratada ou saneamento básico” (SEN, 2000, p.18).

O modelo de desenvolvimento implementado nas economias periféricas, no pós Segunda Guerra, incorporava políticas traçadas por agências internacionais, sem a participação efetiva das comunidades locais que deveriam ser os sujeitos do desenvolvimento e não o objeto. Além disso, muitos planos eram focados no crescimento econômico impulsionado pelo setor industrial. Como resultado desse processo,

[...] esta ênfase evidente nos resultados macroeconômicos implicou a marginalização de outros objetivos sociais, econômicos e políticos, como a participação democrática na tomada de decisões, a distribuição equitativa dos frutos do desenvolvimento e a preservação do meio ambiente. (SANTOS, 2005, p.45).

Porém, esse processo perverso à natureza e exploratório ao trabalhador não ficou sem reação da população, pois houve “resistência de grupos sociais e das comunidades regionais empenhadas em construir e reafirmar sua identidade e seus interesses singulares” (PERIN, 2004, p.22).

Na primeira parte deste artigo, reflete-se sobre as dimensões do desenvolvimento, demarcando como o caráter participativo proporciona empoderamento comunitário contribuindo para impulsionar e consolidar iniciativas econômicas populares de âmbito local/regional, voltadas à melhoria das condições de vida de populações marginalizadas. Na segunda parte, discute-se sobre a Economia Solidária como uma estratégia de desenvolvimento alternativo ao modo de produção capitalista e, portanto engajado aos processos de desenvolvimento. Por fim, traçam-se considerações que relevam a “via sustentável-solidária”, pautando a Economia Solidária como uma prática concreta de promoção do desenvolvimento.

1 Dimensões do desenvolvimento

A Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento no relatório “Nosso Futuro Comum”, lançado em 1987 (também conhecido como "Relatório

Brundtland"), veio atentar para a necessidade de um novo tipo de desenvolvimento, sob pena de se esgotarem rapidamente os recursos naturais, passando a ser conceituado como "[...] aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades" (CMMAD, 1991, p.46).

As teorias de desenvolvimento alternativo surgem aproximadamente no início dos anos de 1970 como uma crítica ao modelo convencional focado na racionalidade econômica, acenando a economia como parte integrante e dependente da sociedade. Dessa forma, desenvolvimento econômico é entendido como uma forma de alcançar a melhora nas condições de vida da população como um todo, inspirando-se nos conceitos de igualdade e cidadania. Contudo, as teorias de desenvolvimento alternativo não rejeitam a ideia de crescimento econômico. Tais teorias impõem limites a esse crescimento ao se apoiarem nos princípios de sustentabilidade e da participação da sociedade civil, com finalidade de assegurar inclusão das comunidades marginalizadas no acesso aos resultados do desenvolvimento.

No sentido da formação de consciência, quanto ao papel principal da sociedade nos processos de desenvolvimento, a autonomia se configura como uma peça fundamental na capacidade de definir destinos. Além desse atributo, Dallabrida (2000) aponta outros: o reinvestimento do excedente econômico da região em sua diversificação produtiva; o forte movimento de inclusão social; e a conscientização em torno da proteção ambiental e identificação da população com sua região.

Dallabrida (2011) sintetiza as teorias de desenvolvimento regional desde àquelas voltadas à otimização e geração de produção até às voltadas ao desenvolvimento regional sustentável, humano e de caráter participativo. Nesse último sentido, o referido autor apresenta a Economia Solidária, apoiando-se nas definições de Singer (2002a), como uma economia popular cuja característica central é a igualdade de direitos e a autogestão. Assim, os próprios trabalhadores podem decidir sobre os rumos do empreendimento de forma democrática e coletiva.

O caráter participativo do desenvolvimento proporciona o empoderamento comunitário que pode contribuir para que os efeitos das iniciativas econômicas populares atinjam a esfera política e gerem um círculo virtuoso que contrarie as causas estruturais de marginalização. Santos (2005, p. 47) reforça que o desenvolvimento alternativo,

[...] é cético tanto em relação a uma economia centrada exclusivamente em formas de produção capitalista quanto em relação a um regime econômico centralizado controlado pelo Estado. Perante estas formas de organização econômica, propõe alternativas baseadas em iniciativas coletivas, geralmente plasmadas em empresas

ou organizações econômicas populares de propriedade e gestão solidária que tentam contrariar, por um lado, a separação entre capital e trabalho e, por outro, a necessidade de recorrer à ajuda estatal.

Essa contraposição à centralidade na economia capitalista favoreceu o surgimento de estratégias econômicas autônomas, nas formas associativista e cooperativista, focadas na autogestão de empreendimentos populares e na construção de esferas políticas comunitárias. Contudo, essas ações não capitalistas preponderam nas comunidades marginalizadas, principalmente, na América Latina (SANTOS, 2005).

As propostas de alternativas ao desenvolvimento, ao contrário das teorias de desenvolvimento alternativo, radicalizam a crítica à noção de crescimento econômico, pois consideram que este seria insustentável se mantiver a lógica de destruição da vida sobre o planeta, devido ao consumo de bens naturais necessários ao seu processo. Contudo, essa concepção aceita a hipótese de que as atividades econômicas podem se desenvolver sem crescer, proporcionando melhoria qualitativa da base econômica sem destruir a capacidade de regeneração e assimilação do meio ambiente.

Dentre as possibilidades de alternativa ao desenvolvimento, Santos (2005) apresenta o *Swadeshi*, do pensador Mahatma Gandhi, que implicaria numa atitude antimaterialista em relação ao consumo, aceitando que existe o suficiente para todos satisfazerem suas necessidades, mas não para as ambições e desejos do mundo. Assim, precisa-se viver no planeta Terra de uma forma que se possibilite a produção de bens e serviços para o consumo básico necessário em vez da criação de novas necessidades e de produtos que utilizem cada vez mais recursos minerais e não renováveis.

Para Santos (2005), a longa duração da hegemonia do sistema capitalista, que iniciou no século XVI, não diminuiu a aversão e a resistência às concepções e práticas exploratórias que constituem o núcleo central desse sistema econômico e de organização da sociedade. Apesar do pensamento crítico existente com relação à forma capitalista de produção e estruturação de classes que inviabiliza a emancipação social, parece urgente pensar alternativas econômicas e sociais ao sistema hegemônico, por duas razões: (i) primeiro, porque se vive em uma época em que a ideia de que não há alternativas ao capitalismo conseguiu um nível de consenso sem precedentes na história. A utopia do mercado auto-regulado do século XIX foi reavivada sob a forma do neoliberalismo contemporâneo, porém, a luta e o pensamento crítico que o conflitou no passado não foram necessariamente transplantados para o presente; (ii) segundo, porque a alternativa representada pelas economias socialistas centralizadas não é viável nem desejável, conforme

exposto pelo colapso desses sistemas no final dos anos 1980 (SANTOS, 2005). Nesses termos, abrem-se possibilidades de pensar novas formas de sociabilidade anticapitalistas.

As condições sociais, políticas e econômicas atuais possibilitam o ressurgimento do pensamento associativista e da prática cooperativista, representando um desafio a ser superado tanto pelo pensamento liberal quanto pela tradição socialista. Nesta última, Santos (2005) refere que os mecanismos de mercado foram substituídos por um sistema fracassado de planificação de economia que definiam até as quantidades de produção dos atores. Alternativas ao modelo socialista, principalmente, o da união soviética, foi implementado pela Iugoslávia, o chamado “socialismo de mercado iugoslavo” que possibilitava a desconcentração da decisão de produção aos trabalhadores de cooperativas, como se pode observar nas seguintes afirmações:

Em vez de uma economia completamente centralizada em que os meios de produção eram propriedade do Estado, no modelo iugoslavo a propriedade dos meios de produção era da sociedade, organizada em cooperativas de trabalhadores democraticamente administradas que, apesar de terem de seguir as diretrizes de um plano geral quinquenal estabelecido pelo governo, estavam expostas aos mecanismos de mercado. Na prática, contudo, o papel do Estado e do planejamento centralizado passou a ser de protagonismo. Nestas condições, a coexistência entre o planejamento e o mercado era tensa e acabou por ser tornar insustentável. (SANTOS, 2005, p.43).

Contudo, o grande legado das economias socialistas de mercado é que a maneira de se alcançar os objetivos socialistas de solidariedade e igualdade passa por uma combinação entre mercado e planejamento econômico, sendo o mercado o protagonista. Isso se deve ao fato dessas experiências possibilitarem a reflexão de que o mercado, conforme Santos (2005, p.43), “é um mecanismo (o mais eficiente que se conhece) de coordenação das decisões em economias descentralizadas”. Por si próprio, o mercado não geraria as desigualdades e a alienação que caracterizam o capitalismo, uma vez que são efeitos inerentes aos mercados capitalistas e não aos mercados em geral.

Nesse sentido, é possível que os mercados facilitem a concretização dos objetivos socialistas, desde que as empresas se constituam como propriedade dos trabalhadores e funcionem como cooperativas. Conforme Pierson, (1995, apud Santos 2005), os efeitos dos princípios cooperativistas e a eficiência do mercado, juntos, poderiam promover simultaneamente a igualdade, a solidariedade e a liberdade. Contudo, Hirst (1994) alerta que é necessário criar um tipo de rede de apoio para coordenação das cooperativas, como acontece nos casos bem-sucedidos, como a de Mondragón na Espanha.

A partir das alternativas apresentadas ao modelo capitalista, fica claro que a abordagem multidisciplinar é a mais apropriada para se desencadear processos de

desenvolvimento, sendo as dimensões social, ambiental, econômica, política e cultural elementos indissociáveis para estabelecimento de ações em busca de um desenvolvimento sustentável.

Conforme Sen (2000), o desenvolvimento pode ser considerado um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas, de fato, possuam. Um elemento interessante na teoria de Sen (2000), ressaltado por Enríquez (2012), é o questionamento sobre a necessidade de recursos para realização de investimentos socialmente importantes como educação, saúde, saneamento, entre outros. De fato, o determinante de quanto se pode gastar com os serviços essenciais é a relação entre preços e custos relativos, pois Sen (2000) considera que

esses serviços, relevantes do ponto de vista socioeconômico, são altamente trabalho-intensivo e, portanto, relativamente baratos nas economias pobres, onde os salários são baixos. De acordo com ele, o país – ou região – não precisa ficar rico para iniciar a tarefa de realizar os investimentos nas áreas-chave que permitam ampliar as interligações entre as liberdades instrumentais e, assim potencializar os efeitos sobre o desenvolvimento. O papel do gasto público é de crucial importância para acionar os encadeamentos e, dessa forma, promover a expansão da liberdade humana, ou o desenvolvimento (ENRÍQUEZ, 2012, p.19).

Para Enríquez (2012), as ideias de Amartya Sen são compartilhadas pelo economista chileno Sérgio Boisier, pois é perceptível nas ideias de ambos os autores, o destaque às questões humanistas e éticas nos processos de desenvolvimento. Conforme Enríquez (2012), o termômetro do desenvolvimento em Boisier é o capital sinérgico que, por sua vez, é resultante da combinação de nove outros capitais (Econômico, Cognitivo, Simbólico, Cultural, Institucional, Psicossocial, Social, Cívico e Humano).

Por se constituírem elementos que envolvem primordialmente subjetividades, a mediação desses capitais busca resposta numa questão colocada por Boisier (1999): “como potencializar o capital sinérgico?” Daí, que a criação de um projeto político - que não é somente vontade política, mas sim aprendizagem e conhecimentos substantivos sob os modos de operar e desenvolver ações que alterem a inércia do sistema - se faz valer. Nesse sentido, a sociedade precisa fazer uma intervenção sobre si mesma, “essa engenharia social, logicamente é comprometida quando o estoque de capital social é limitado, a desigualdade social é muito acentuada, os registros políticos são pouco democráticos e se verifica uma natureza adversa das instituições” (ENRÍQUEZ, 2012, p.36).

Entretanto, Boisier (1999) acredita na possibilidade de construção de relações sinérgicas mesmo em situações adversas como essas, desde que os agentes em atuação em seu próprio território chamem a responsabilidade para si do processo de desenvolvimento. Além disso, foquem no aprendizado e especialização regional, resultando na limitação da abertura

para agentes externos tomarem as decisões que impactem no seu território e garantindo sua endogeneidade nos processos, sem demagogias participativas ou ilusões sobre virtudes inatas das regiões.

2. Economia Solidária para o Desenvolvimento

A Economia Solidária é o modo de produção mais engajado aos processos do desenvolvimento, pois preconiza a inclusão do ser humano, valorizando sua identidade e, principalmente, respeita as diversidades culturais e critica os processos produtivos que restringem as liberdades individuais, os quais prejudicam não só o desenvolvimento das pessoas, mas da região como um todo.

Conforme Carvalho (2011), a Economia Solidária se apresenta como uma estratégia de desenvolvimento alternativo ao modo de produção capitalista, pois tende a mesclar remuneração justa dos trabalhadores e sócios dos empreendimentos com a criação de relações de solidariedade baseadas no trabalho colaborativo e na participação democrática na tomada de decisões dos empreendimentos. Como iniciativas em contraposição à empresarização da economia, tendem a valorizar os princípios da igualdade (os trabalhadores são remunerados de forma equitativa e a participação nas decisões é garantida), solidariedade (garante que uma pessoa receba exatamente aquilo que ela precise, conforme suas necessidades e capacidade de contribuição) e respeito à natureza (garantindo que as gerações futuras também possam usufruir dos recursos naturais).

Essa nova lógica de desenvolvimento, que se assenta no campo da Economia Solidária, deve ser capaz de combinar o crescimento econômico com desenvolvimento humano. Em grande medida, a perspectiva da Economia Solidária como estratégia de desenvolvimento também está presente nos escritos do professor Paul Singer e no legado do professor José Ricardo Tauile.

Carvalho (2011) refere que Paul Singer, em suas obras, deflagra a necessidade de um retorno ao “ponto de partida”, dado o fracasso dos experimentos coletivistas, inspirados em Marx. Esse retorno ao ponto de partida compreende o ressurgimento do cooperativismo e do associativismo que atualmente é denominado de “Economia Solidária”, tendo surgido como resposta à exclusão social e ao mundo do trabalho produzido pelo neoliberalismo.

Nesse sentido, a Economia Solidária teria uma atuação de destaque no interior do mercado capitalista, realizando um desenvolvimento mais humano e incluyente socialmente,

orientado nos princípios da solidariedade e da autogestão, constituindo-se como uma alternativa moralmente superior ao capitalismo. Essa criação de novos valores no interior dos empreendimentos distingue a Economia Solidária do modo de produção capitalista. Na perspectiva solidária de Singer (1998), ainda é o mercado o melhor distribuidor dos recursos materiais, pois “o mercado de trabalho é condição de liberdade humana e alguns mercados de bens e serviços me parecem igualmente essenciais, porque uma das liberdades interessantes é a de iniciativa” (SINGER, 1998, p.114). Assim, admite-se que por meio

do mercado competitivo capitalista, a economia solidária pode se desenvolver e que esta é a única forma possível de se estabelecer uma democratização da organização da produção. [...] isso porque, para Singer, o socialismo não deve ser entendido num estágio de desenvolvimento em direção a um novo modo de produção – como é considerado na concepção clássica marxiana –, mas entende o socialismo como um incremento democrático ou de melhoria das condições de exploração, que se constrói no capitalismo sem ruptura ou transição. (CARVALHO, 2011, p.7).

Essa questão de viabilização da Economia Solidária numa economia capitalista e de mercado também é o fio condutor dos estudos de José Ricardo Tauile, que apresenta a Economia Solidária como estratégia de desenvolvimento inspirada nos modelos de participação dos trabalhadores em empresas japonesas. Ao estudar do socialismo de mercado à Economia Solidária, Tauile (2009) afirma que os fatores decisivos para o sucesso da economia japonesa ao longo da segunda metade do século XX foram a lealdade e a credibilidade mútuas entre capital e trabalho ou capital e capital na mesma cadeia produtiva.

Na visão de Tauile (2009), no modelo Japonês, os trabalhadores voltaram a participar dos processos de concepção e de tomada de decisões ao longo da cadeia produtiva, por meio de sugestões na melhoria dos processos. Entretanto, ressalta-se que esse fato ocorreu especialmente no chão de fábrica. Para Carvalho (2011) essa é a maior “virtude” do modelo japonês, justamente pelo fato de estar apoiado na lealdade entre capital e trabalho numa mesma cadeia produtiva. Todavia, esse modelo não ficou imune às críticas que apontaram aumento expressivo na taxa de exploração do trabalho.

No entanto, Tauile (2009) demonstra que as experiências de autogestão podem proporcionar ganhos interessantes, se devidamente apoiada na credibilidade dos agentes e com o fortalecimento das economias em rede. Nesse espírito é que Tauile (2009) diz ser possível falar em “economias de solidariedade”. Assim, seria por meio dos benefícios de uma atuação conjunta e coletiva, que os empreendimentos autogestionários da Economia Solidária teriam a oportunidade de garantir sua viabilidade. “Em outras palavras, considera que os empreendimentos solidários, baseados em princípios autogestionários, agregam, na atualidade, um importante elemento de competitividade para sua inserção no capitalismo

contemporâneo [...]” (CARVALHO, 2011, p. 9). Entretanto, Tauile (2009) ressalta a dificuldade dos trabalhadores se sentirem proprietários dos empreendimentos e terem uma participação mais significativa nos processos de decisão.

Além do modelo Japonês citado por Tauile (2009), pode-se ressaltar a experiência dos distritos industriais italianos aonde a cooperação entre empregadores e empregados desencadeou inovações que aumentaram a produtividade, garantindo assim os empregos e a remuneração aos trabalhadores. Na visão de Singer (2004a), foi por meio da estreita cooperação entre empregadores e empregados e entre as firmas que as Pequenas e Médias Empresas da Terceira Itália “foram capazes não só de preservar suas posições nos mercados, mas até de ampliá-las, o que teve como contrapartida, a partilha dos ganhos com os trabalhadores, sob a forma e melhoria contínua das condições de trabalho e emprego” (p.18).

A conquista de um desenvolvimento solidário passa pela cooperação dos agentes, a fim de alcançarem ganhos de produtividade sem prejudicar os trabalhadores. Nesse sentido, uma relação forte entre os moradores de uma localidade e seus empreendimentos pode produzir desenvolvimentos solidários, desde que a população esteja ciente de que o progresso depende do esforço conjunto de todos sem a exploração dos trabalhadores.

Singer (2004a) define desenvolvimento solidário como,

um processo de fomento de novas forças produtivas e de instauração de novas relações de produção, de modo a promover um processo sustentável de crescimento econômico, que preserve a natureza e redistribua os frutos do crescimento a favor dos que se encontram marginalizados da produção social e da fruição dos resultados da mesma. (SINGER, 2004a, p.7).

Esse modo de desenvolvimento deve ser almejado sem desconsiderar os benefícios de um avanço tecnológico, permitindo o respeito permanente aos valores ambientais, de inclusão social e autogestão. O progresso tecnológico ao deixar de ser fruto da competição de empresas capitalistas, oportuniza soluções aos problemas e contribui para amenizar as angústias da humanidade. Sobre essa relação entre tecnologia e desenvolvimento solidário, aponta-se que

a controvérsia não é tanto de valores como de crenças em hipóteses probabilísticas, que o progresso científico talvez venha a comprovar ou rejeitar. É de se esperar que, em algum momento, a opinião científica se unifique a favor de um lado ou de outro, como fez recentemente a favor da hipótese de que a contínua emissão de gases afeta o clima, que adquiriu o status de teoria. Portanto, nesse momento, apoiar a aplicação do Acordo de Kyoto é uma exigência do desenvolvimento sustentável. Em outro momento, porém, a marcha do conhecimento científico poderá declarar tecnologias controvertidas como aceitáveis. (SINGER, 2004a, p.8).

Uma resposta aos anseios da população por uma tecnologia empregada em favor da humanidade está nos empreendimentos solidários, pois esses “tendem a adotar a defesa do meio ambiente e do bem-estar dos consumidores e a opor-se às tecnologias que podem ameaçar a biodiversidade, a saúde do consumidor e/ou a autonomia dos produtores associados e individuais” (SINGER, 2004a, p. 8).

Na economia capitalista,

a superioridade técnica é um dos elementos determinantes da competitividade. Por isso, as empresas capitalistas investem muito em Pesquisa e Desenvolvimento de Tecnologias (P&D). Embora, ao fazerem isso, as empresas visem apenas o lucro, elas acabam possibilitando persistente avanço do conhecimento científico (SINGER, 2004a, p.10).

Contudo, Singer (2004a) descreve que a característica essencial desse desenvolvimento capitalista é a exclusão de uma grande parcela da população dos benefícios desse progresso tecnológico, pois, realmente só o aproveita quem pode pagar. A Economia Solidária é justamente uma reação contra as injustiças e desequilíbrios provenientes do desenvolvimento capitalista, não rejeitando o progresso tecnológico para a humanidade se desenvolver, uma vez que seu propósito,

é tornar o desenvolvimento mais justo, repartindo seus benefícios e prejuízos de forma mais igual e menos casual. O desenvolvimento solidário apóia-se sobre os mesmos avanços do conhecimento, e sua aplicação aos empreendimentos humanos, que o desenvolvimento capitalista. Mas o desenvolvimento solidário propõe um uso bem distinto das forças produtivas assim alcançadas: essas forças deveriam ser postas – à disposição de todos os produtores do mundo, de modo que nenhum país, região ou localidade seja excluído de sua utilização, e portanto, dos benefícios que venham a proporcionar. (SINGER, 2004a, p.11).

O mesmo progresso tecnológico possibilitou mudanças no próprio seio da economia capitalista, que passou de um modelo fordista, em que algumas centenas de empresas multinacionais dominavam os mercados nacionais e internacionais, para a “flexibilidade” das Pequenas e Médias Empresas (PME) que predomina atualmente. Considera-se que a

era da “flexibilidade”, que o capitalismo atravessa, possibilita também o desenvolvimento solidário. Este se relaciona com a flexibilidade da PME, que nem sempre é capitalista e, mesmo quando o é, oferece aos trabalhadores oportunidades de participar de sua condução. Numa microempresa, com menos de dez trabalhadores, por exemplo, é comum que o patrão e os membros de sua família trabalhem ao lado dos que são empregados, desenvolvendo a mesma atividade. Neste ambiente, não há segredo do negócio. Os empregados em geral conhecem os clientes e o valor do bem ou serviço que lhes é vendido. Podem calcular o valor que produzem e o que lhes é pago. Surge, assim, um proletariado menos alienado que o da época do fordismo. Agora, o trabalhador encontra-se numa empresa menor, em que a relação social de produção com quem lhe compra a força de trabalho se tornou muito menos assimétrica (SINGER, 2004a, p.15).

Essas mudanças explicam o surgimento de organizações que misturam características capitalistas com características típicas da Economia Solidária, a exemplo, os distritos industriais da Terceira Itália, aonde há um forte espírito de cooperação entre as empresas, pois todas sabem que o êxito de uma empresa depende do êxito das demais. Assim, há um comprometimento com a livre troca de informações e ideias, que é a condição básica para garantir os laços de ajuda mútua.

A revolução tecnológica contribuiu para que o capital produtivo se desconcentrasse, oportunizando o surgimento e o desenvolvimento tanto de pequenas e médias empresas como de complexos cooperativos, guiados pelos valores da solidariedade. Uma comparação entre distritos industriais e complexos cooperativos, leva à afirmação de que

a diferença significativa entre eles é que os primeiros são capitalistas, embora ‘atípicos’, e os últimos são socialistas, em sentido estrito. Desse ponto de vista, o relacionamento intrafirmas seria completamente diverso, pois nas PMEs dos distritos este relacionamento se dá entre duas partes – patrões e empregados – ao passo que nas cooperativas o relacionamento ocorre entre sócios do mesmo empreendimento. Mas, na realidade esta diversidade não é tão grande porque a distância entre patrões e empregados nas primeiras é muito menor que nas empresas “típicas” e a expectativa dominante nelas é que os papéis sejam revertidos e muitos dos empregados mais qualificados se tornem patrões por sua vez, com o apoio de seus ex-empregadores. (SINGER, 2004a, p.20).

O importante nessa comparação entre distritos industriais e complexos cooperativos não é a diversidade existente entre eles, mas as características em comum, pois ambos são constituídos por empreendimentos e trabalhadores, unidos pela confiança e solidariedade. Sabe-se que o desenvolvimento econômico dominado pelo capitalismo não dirimiu a economia social e solidária e a economia estatal, pelo contrário, “reforçou a presença e o papel destes outros modos de produção no seio da formação socioeconômica dominada pelo capitalismo” (p.21). Observa-se que o desenvolvimento vem tornando a economia mais mista, ou seja, uma combinação cada vez mais entrelaçada de modos de produção que tendem para modos de produção mais participativos e solidários (SINGER, 2004a).

A presença de empreendimentos individuais, familiares, coletivos ou públicos sem fins lucrativos influi na direção do desenvolvimento, que, no entanto, é determinada predominantemente pela competição tecnológica entre empreendimentos que visam lucro. O desenvolvimento almejado deve gradativamente tornar a relação de forças entre empreendimentos que não visam apenas nem principalmente lucros e os que sim o fazem, mais favoráveis aos primeiros. (SINGER, 2004b, p.2).

Singer (2004a, p.7) destaca que quando a Economia Solidária for hegemônica, “o sentido do progresso tecnológico será outro, pois deixará de ser produto da competição intercapitalista para visar a satisfação de necessidades consideradas prioritárias pela maioria”. Destaca também, que não se trata de uma dicotomia maniqueísta entre aqueles que se preocupam com a humanidade e os que só visam o lucro - pois a controvérsia não é apenas de valores - mas sim de crenças em hipóteses probabilísticas que a evolução do conhecimento no campo científico pode vir a comprovar ou rejeitar¹. “Do ponto de vista social, uma controvérsia importante, que afeta o rumo do desenvolvimento, diz respeito ao valor da competição *versus* o da cooperação, como motivação de comportamentos desejáveis para o progresso da humanidade” (SINGER, 2004b, p.3).

O desenvolvimento pautado pela solidariedade oportuniza o desenvolvimento de todos, unidos pela ajuda mútua e pela posse coletiva de certos meios de produção ou distribuição, a preferência pela autonomia das pessoas deve ser garantida. Nessa direção, os grandes meios de produção (como silos, armazéns, equipamentos de processamento industrial) devêm ser coletivos, “pois se forem privados a comunidade se dividirá em classes sociais distintas e a classe proprietária explorará a não proprietária” (SINGER, 2004c, p.3).

Nessa lógica, as soluções de enfrentamento ao desemprego e à pobreza devem ser coletivas e baseadas em formas solidárias das relações econômico-sociais. Esse modo de conceber enfatiza a importância dos territórios serem sustentáveis, valorizando soluções endógenas “a partir da ideia de que todo local, bairro ou comunidade, por mais pobre que seja, pode ser portador de soluções para os seus próprios problemas” (FRANÇA FILHO, 2008, p. 223). Tal visão coloca em questão as formas de desenvolvimento baseadas exclusivamente na atração de investimentos externos. A concepção “sustentável-solidária” defende a reorganização das chamadas economias locais, com base na afirmação do conceito de rede de Economia Solidária como estratégia complexa e inovadora de cooperação para implementação dos processos de desenvolvimento.

À guisa de conclusões

A busca de alternativas e caminhos para a promoção do desenvolvimento tem se tornado uma preocupação constante nos últimos anos. Isso, em razão da chamada “crise do

¹ A exemplo, os efeitos da emissão de gases sobre o clima e aos efeitos da produção de entes geneticamente modificados sobre o meio ambiente animal e vegetal.

trabalho”, ocasionada pela dinâmica do capitalismo contemporâneo, que entre seus efeitos está o “desassalariamento da economia” - devido ao aumento da informalidade, principalmente nos anos 1990 e a perda da centralidade do trabalho como principal vetor de integração social. Dessa forma, o emprego que deveria ser a referência fundamental e principal de constituição das identidades individuais e coletivas, não tem possibilitado amplamente as garantias de reconhecimento social.

Assim sendo, considera-se equivocada a visão de desenvolvimento local caracterizada pelo enfoque na empresarização e na exclusividade do empreendedorismo de negócios. Um olhar renovado sobre os processos de desenvolvimento, sobretudo, volta-se para a economia plural, pautado em bases teóricas interpretativas da Economia Solidária a partir do econômico, do cultural, do político, do ambiental e do social (POLANYI, 2000).

As práticas de Economia Solidária permitem perceber certas singularidades próprias, como por exemplo, visualizar a Economia Solidária como uma articulação inédita das três formas de economia (mercantil, não mercantil e não monetária). Desse modo, não se coloca como uma “nova economia”, mas sim como possibilidade de complemento e ajuste às disfunções do sistema econômico vigente.

A perspectiva da Economia Solidária considera a visão complexa do humano, dotado de valores e comportamento que não pode ser entendido em termos de previsibilidade, mas, sobretudo, pela incerteza. As práticas de economia popular e solidária ganharam em complexidade nos últimos anos no Brasil, afirmando-se como um campo de atores econômicos e políticos, voltados para a resolução dos problemas cotidianos enfrentados em suas localidades. Isso implica reconhecer não só a importância da dimensão econômica, mas também do social, político, ambiental e, principalmente, cultural.

Sendo assim, ao pensar em processos de desenvolvimento sustentável, devem-se respeitar os diferentes valores culturais de todos os povos e incentivar processos de desenvolvimento que acolham as especificidades e saberes de âmbito local/regional.

Algumas organizações e práticas da Economia Solidária podem ser exemplos de forma de sustentabilidade cultural, como é o caso dos empreendimentos de artesanatos (geralmente constituídos de forma autogestionária) que realizam oficinas de capacitação em diversos temas como identidade, cultura e cidadania, objetivando articular diálogos entre os trabalhadores e suas identidades culturais.

Para a promoção do desenvolvimento, com formação de emprego e renda, as estratégias não podem ser empreendidas individualmente. Devem sim estar baseadas numa “solidariedade estruturante”, a fim de se constituir como base do próprio desenvolvimento.

Ao utilizar o argumento de que o desenvolvimento deve contemplar em seu horizonte outra economia, cujos princípios e valores de um mercado autorregulado não ocupem a centralidade nas relações de troca, valoriza-se a “via sustentável-solidária” aonde a centralidade do conceito de rede de Economia Solidária passa a ser uma prática concreta de promoção do desenvolvimento.

Referencial Teórico

- BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista**. Rio de Janeiro, Zahar. 1977.
- BOISIER, Sergio. **El desarrollo territorial a partir de la construcción de capital sinérgico**. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, Minas Gerais: UFMG. Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, n.2, p. 39-53, 1999.
- BOISIER, Sergio. **La Construcción Intelectual del Regionalismo Latinoamericano: Nova Economia**, vol.4, n.1, Belo Horizonte: CEDEPLAR. 1996.
- CARVALHO, Keila Lucio de. **Economia solidária como estratégia de desenvolvimento: uma análise crítica a partir das contribuições de Paul Singer e José Ricardo Tauile**. 2011. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/code2011/chamada2011/pdf/area2/area2-artigo21.pdf>>. Acesso em: 17 de Dez. de 2013.
- CMMAD (Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento). **Nosso Futuro Comum**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1991.
- DALLABRIDA, Valdir R. (org) **Governança territorial e desenvolvimento**. descentralização político-administrativa, estruturas subnacionais de gestão do desenvolvimento e capacidades estatais. Rio de Janeiro: Garamond, 2011.
- DALLABRIDA, V.R. **O desenvolvimento regional: a necessidade de novos paradigmas**. Ijuí: UNIJUI, 2000. 152 p. (Coleção Ciências Sociais).
- DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social**. 2ªed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- DUTRA, Andressa Moraes; FREITAS, Carlos Cesar Garcia; SAVI, Félix Antônio Kasteller; RODRIGUES, Kelly Poliane. **Desenvolvimento econômico e sustentabilidade: enfrentando os desafios de cooperar**. In: *Relações de cooperação para geração de trabalho e renda: Realidade e perspectivas na região Centro-Sul do Paraná/Organizadores: Marcos de Castro, Antônio João Hocayen-daSilva e Giomar Viana*. Bauru, SP: Canal 6, 2011.
- ENRÍQUEZ, Maria Amélia Rodrigues da Silva. **Novas perspectivas do desenvolvimento regional nas óticas de Sen e Boisier**. In: *Diversidade e identidade: criando acessos para o desenvolvimento regional sustentável*. Chacon, Suely Salgueiro; Oliveira, Francisco Correia de (Org). Rio de Janeiro: Garamond, 2012.
- ESCOBAR, A. **Encountering Development**. Princeton, Princeton University Press. 1995.
- ESTEVA, Gustavo. **Desenvolvimento**. In: SACHS, Wolfgang (ed) *Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de. **A via sustentável-solidária no desenvolvimento local**. *Revista Organização & Sociedade*, 15 (45), 219-232. 2008.
- HIRST, P. **Associative Democracy: New Forms of Economics and Social Governance**. Amherst: University of Massachusetts Press. 1994.
- MCMICHAEL, P. **Development and Social Change**. Thousand Oaks. Pine Forge Pass. 1996
- PIERSON, C. **Socialism After Communism**. The New Market Socialism. University Park: State University Press. 1995
- PERIN, Z. **Desenvolvimento regional: um novo paradigma em construção**. Erechim: EdiFAPES, 2004.

- POLANYI, K. **A Grande Transformação**: as origens da nossa época, 9ª edição, Editora Campus, Rio de Janeiro. 2000. Tradução de The Great Transformation, publicado, originalmente por Reinhart&Company. 1944.
- SANTOS, Boavetura de Sousa. **Produzir para viver**: os caminhos da produção não capitalista. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo, fundação Perseu Abramo, 2002a.
- _____. Desenvolvimento capitalista e desenvolvimento solidário. São Paulo, **Revista de Estudos Avançados**, número 51, 2004a
- _____. **Desenvolvimento**: significado e estratégia. Texto para discussão, Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria Nacional de Economia Solidária. 2004b
- _____. **É possível levar o desenvolvimento a comunidades pobres?** Texto para discussão, Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria Nacional de Economia Solidária. 2004c
- _____. **Uma utopia militante**: repensando o socialismo. Petrópolis: Vozes, 1998.
- TAUILE, J. R. **Trabalho, autogestão e desenvolvimento**. In: Escritos escolhidos 1981-2005. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009